Revista Científica do IFAL

EXPERIÊNCIAS DA CIDADANIA GEOÉTICA NA DOCÊNCIA E O COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EXPERIENCES OF GEOETHICAL CITIZENSHIP IN TEACHING AND COOPERATIVISM FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Ian Felipe Nascimento[1]
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB

Fábio dos Santos Massena[2]
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa monográfica em Geografia que discute o cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento sustentável, a formação da cidadania e a geoética no contexto escolar. O estudo parte da compreensão de que a escola constitui um espaço fundamental para a construção de valores voltados à participação social, à responsabilidade socioambiental e ao fortalecimento do senso de pertencimento. Nesse contexto, busca compreender em que medida o cooperativismo pode contribuir para a formação da percepção dos estudantes, capacitando-os a atuar como agentes de transformação social em defesa da sustentabilidade ambiental. A pesquisa possui abordagem quantitativa, caráter exploratório e descritivo, sendo realizada com estudantes dos anos finais da educação básica em uma escola pública do sul da Bahia. Os dados foram obtidos por meio de questionários e revisão bibliográfica em bases científicas Google Acadêmico, Scielo,

[1] Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrando em Biossistemas pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1520-9723. E-mail: nascimentoian31@gmail.com

[2] Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3899-9783. E-mail: fsmassena@uesc.br

Dialnet e Redalyc, com foco em estudos sobre cooperativismo, educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A discussão é desenvolvida a partir da percepção dos estudantes sobre meio ambiente, cidadania, sustentabilidade e cooperativismo, articulada ao olhar docente de quem vivencia o cotidiano escolar e seus desafios formativos. Mais do que apresentar resultados, o trabalho reflete sobre o potencial do cooperativismo como prática educativa capaz de promover a participação democrática, a solidariedade, a consciência crítica e o compromisso com questões socioambientais. Conclui-se que a aproximação entre cooperativismo, educação e sustentabilidade pode contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes, éticos e comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis.

Palavras-chave: Educação Cooperativista. Percepção estudantil. ODS.

ABSTRACT

This article presents a section of an undergraduate Geography research project that discusses cooperativism as a strategy for sustainable development, citizenship education, and geoethics within the school context. The study is based on the understanding that schools play a fundamental role in fostering values related to social participation, socio-environmental responsibility, and a sense of belonging. In this context, the research seeks to understand the extent to which cooperativism can contribute to shaping students' perceptions and empowering them to act as agents of social transformation in support of environmental sustainability. The research adopts a quantitative, exploratory, and descriptive approach and was conducted with students in the final years of basic education at a public school in southern Bahia, Brazil. Data were collected through questionnaires and a bibliographic review of scientific databases, including Google Scholar, SciELO, Dialnet, and Redalyc, focusing on studies related to cooperativism, education, and the Sustainable Development Goals (SDGs). The discussion is developed from students' perceptions of the environment, citizenship, sustainability, and cooperativism, combined with the perspective of a teacher who experiences the daily reality of school life and its educational challenges. Rather than focusing solely on results, the study reflects on the potential of cooperativism as an educational practice capable of promoting democratic participation, solidarity, critical awareness, and commitment to socio-environmental issues. It concludes that strengthening the relationship between cooperativism, education, and sustainability can contribute to the development of more conscious, ethical, and engaged individuals committed to building sustainable societies.

Keywords: *Cooperative Education. Student Perception. SDGs.*

1 INTRODUÇÃO

O núcleo educacional deve desempenhar um papel central na construção social, econômica e cultural de uma sociedade mais justa, sustentável e economicamente equilibrada. Nesse contexto, a inserção do cooperativismo no ensino brasileiro emerge como um caminho estratégico para formar cidadãos comprometidos

com a coletividade e preparados para os desafios socioeconômicos, socioambientais, mudanças climáticas e demais transformações sociais no âmbito da cidadania e do meio ambiente (Carneiro, 2020; Ferreira; Sousa, 2018). Ao incorporar essa perspectiva no ambiente escolar, especialmente no ensino fundamental, fortalece-se a formação das futuras gerações ligadas ao cooperativismo no Brasil. Um modelo organizacional de desenvolvimento econômico que representa uma filosofia educacional capaz de fomentar valores como solidariedade, participação democrática e sustentabilidade (Petersen; Souza; Lopes, 2014; Sousa *et al.*, 2025).

Além disso, o ensino do cooperativismo está alinhado às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente o 8 e o 12. O primeiro está relacionado ao incentivo do trabalho decente e ao crescimento econômico, e o segundo, à promoção dos padrões de consumo e produção sustentáveis. Assim, obtendo um papel importante na sociedade, contribuindo para a execução da Agenda 2030 (Pimentel, 2019). A Agenda 2030 tem como pilar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas pautadas em cinco eixos de atuação, conhecidos como 5 Ps: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias (Pimentel, 2019).

A recente Lei 14.926/2024 fortalece essa abordagem ao estabelecer a introdução de conteúdos interdisciplinares voltados à compreensão dos fenômenos climáticos e suas implicações sociais, econômicas e culturais (Brasil, 2024). Neste sentido, considera-se a valorização do ensino do cooperativismo no contexto dos currículos no Brasil. Ao integrar a temática ao currículo escolar, busca-se não apenas responder aos desafios do século XXI, mas também transformar a escola em um espaço de construção de justiça socioambiental e fortalecimento da educação cooperativista.

A união dos conceitos de cooperativismo e de meio ambiente no âmbito escolar não apenas fortalece a aprendizagem dos alunos, mas também promove a construção de valores fundamentais para uma sociedade mais justa, sustentável e ética, alinhada aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este artigo é um recorte de trabalho de conclusão de curso (TCC), de bacharelado em geografia, que teve como título "A percepção de meio ambiente, cidadania e sentimento de pertencimento ao lugar onde residem". No recorte aqui

apresentado, utilizou-se um dos objetivos do trabalho, o qual visou identificar a percepção sobre cooperativismo e meio ambiente de 87 estudantes em turmas de 9º ano de uma escola do ensino fundamental II no Sul da Bahia, que não foram identificados nesta pesquisa para preservar e assegurar a privacidade dos participantes. Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: O cooperativismo pode contribuir para a formação da percepção dos estudantes, capacitando-os a atuar como agentes de transformação social em defesa da sustentabilidade ambiental?

Entende-se que estimular uma abordagem inovadora para uma educação cooperativista é essencial para o desenvolvimento sustentável e para a formação de uma nova sociedade democrática e de atitudes conscientes em tempos de crise climática, principalmente, fortalecendo a aliança do cooperativismo nos caminhos e conjunturas para a Agenda 2030 na formação de uma nova sociedade sustentável, cooperativista e ativista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O foco central deste tópico é discutir como a integração entre cooperativismo e cidadania geoética no ensino fundamental pode contribuir para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e preparados para atuar de forma colaborativa e responsável diante dos desafios ambientais, sociais e econômicos contemporâneos.

2.1 Cooperativismo: as raízes que unem a cidadania geoética universal para uma sociedade sustentável

Apesar de sua relevância, o cooperativismo ainda é pouco abordado no ensino fundamental. Ao contrário da educação ambiental, já presente nos currículos, o cooperativismo segue com espaço limitado, mesmo sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Inseri-lo nessa etapa da educação representa uma oportunidade de formar cidadãos mais participativos e engajados com práticas cooperativas nas futuras gerações.

Neste contexto, objetiva-se analisar esta complexa relação entre o ser cooperativista por princípios éticos e morais universais diante dos processos de construção e reconstrução da competência comunicativa associada aos estágios de desenvolvimento do julgamento moral da pessoa (Carneiro, 2023). O autor Carneiro

(2020) buscou enfatizar, em reflexões conceituais, que a Geografia e os princípios geoéticos universais são as demonstrações/ações dos pensamentos éticos e morais de base geográfica, processadas durante o desenvolvimento da capacidade comunicativa, interiorizada na construção de suas estruturas de Self, ou seja, da personalidade que influência durante a sua construção de identidade no lugar de pertencimento (Carneiro, 2022).

Dessa forma, a geoética unificada ao ensino do cooperativismo no contexto escolar e no cotidiano de professor e aluno, aliados, fortalecem valores como solidariedade, interajuda e respeito desde a infância no processo de ensino e aprendizagem (Mendonça *et al.*, 2023). Ao integrar esses princípios à formação escolar, amplia-se a consciência dos estudantes sobre justiça social e sustentabilidade.

A Geografia, com sua sensibilidade para questões socioambientais, torna-se essencial na construção de uma cidadania crítica e engajada. Diante da crise climática e das desigualdades, a escola deve ser um espaço ativo de reflexão e transformação (Fuini, 2017). A recente Lei 14.926/2024 reforça essa necessidade ao incluir a educação climática no currículo escolar, considerando um cidadão em formação que será aluno e futuro profissional mais consciente e preparado para lidar com as transformações sociais, econômicas e culturais globalmente, mesmo que agindo localmente (Santos *et al.*, 2025).

O estudo realizado no doutoramento de Braga (2018a; 2018b) propôs repensar não só a necessidade de refletir sobre a formação de professores de Geografia, possibilitando mudança de perfil curricular e protagonismo da ciência geográfica e de sua didática, respaldando-se em formações iniciais para uma Geografia ética e cidadã, do território, geografização da cidadania e nos currículos tanto universitários quanto na Geografia escolar como principal base de formação nesta perspectiva. A formação continuada na educação inclusiva: aprendizagem discursiva e cidadania territorial. Para tanto, alguns dos postulados que foram desenvolvidos são, de acordo com Braga (2018a, p. 274-278):

> Aprofundar a reflexão sobre o território baseado em uma "cidadania geoética": a escola, para além do estágio na sala de aula de Geografia; Implicar atividades de estágio nas escolas ao longo de todas as disciplinas da formação inicial, tendo como metodologias pequenos projetos de investigação voltados para Cidadania Territorial; Priorizar o Ensino da

> Geografia Cotidiana e Cidadã; Atitude heurística para uma consciência cidadã construtora do seu próprio saber e saber-fazer. É hora de os professores formadores estreitarem seus conhecimentos com as ciências da Educação e vivenciarem o território escolar.

Nesse sentido, a integração entre a cidadania geoética e o cooperativismo é essencial para orientar os alunos a compreenderem e agirem sobre as injustiças locais e globais de forma ética e colaborativa. Mendonça (2007) reforça que a educação geográfica e a cidadania territorial devem estar alinhadas ao reconhecimento das carências sociais e à busca por soluções transformadoras. Para que essa mudança seja efetiva, é necessário repensar a formação docente. Segundo Braga (2021), o currículo de Geografia deve não apenas incluir a cidadania territorial, mas também valorizar a geoética universal e o cooperativismo como elementos centrais da educação básica. Essa abordagem, combinada aos princípios de cooperação, é fundamental para a justiça territorial, que, como aponta Braga (2021), só se concretiza quando os educadores assumem a responsabilidade de transformar essa compreensão em ação dentro da sala de aula; dessa forma, promove-se uma "Geografia Cidadã", comprometida com a formação de indivíduos capazes de propor e implementar mudanças sociais em suas comunidades.

O cooperativismo não se limita a um modelo econômico, configurando-se também como um importante instrumento de transformação social, pois os autores Stanisk, Floriani e Silva (2015) destacam que sua atuação exerce influência significativa nas dimensões socioculturais, promovendo a autonomia dos sujeitos e contribuindo para o desenvolvimento local. Apesar desse potencial, ainda enfrenta desafios relacionados à desconstrução de estigmas históricos presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, Ferreira e Sousa (2018) destacam a necessidade de superar barreiras culturais para que o cooperativismo seja amplamente reconhecido como uma ferramenta voltada à justiça social e ao desenvolvimento sustentável.

A dimensão geográfica é importante nessa relação para promover a aprendizagem da espacialidade do ser humano social, centrada na base de princípios geoéticos universais, ou seja, os direitos humanos, a justiça ambiental, o racismo ambiental, a justiça espacial/social e suas origens geográficas, sendo fundamental para a formação cidadã pautada na geoética universal (Carneiro, 2020).

Ferreira e Sousa (2018) ressaltam que o fortalecimento do cooperativismo está diretamente ligado à garantia de acessibilidade e à conquista de direitos para os

trabalhadores do campo, por meio de políticas públicas eficazes. Petersen, Souza e Lopes (2014) enfatizam que, tanto no contexto agrícola quanto na educação, o cooperativismo desempenha um papel de equilíbrio e justiça, criando condições para que todos prosperem. A integração desses conceitos no currículo escolar prepara as novas gerações para valorizar e promover essas práticas, seja em contextos urbanos ou rurais, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Ao unir educação ambiental, cooperativismo e geoética universal, a escola se transforma em um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Carneiro, 2020; Araújo; Nascimento, 2024).

A educação, quando pautada nesses princípios, capacita os estudantes a atuarem de maneira ética e colaborativa, tornando-se protagonistas na construção de um futuro mais equilibrado e solidário. Essa abordagem não apenas fortalece a formação cidadã, mas também promove uma cultura de respeito aos limites ecológicos e à justiça social (Costa; Kuhn; Kuhn, 2016).

2.2 Cooperativismo: o artefato que gera transformação para uma nova sociedade (coop-Ativista)

Nos últimos anos, o cooperativismo tem se fortalecido como um pilar essencial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Em 2023, um novo pacto foi firmado entre o movimento cooperativista e a ONU, reafirmando o compromisso do setor com a sustentabilidade, a erradicação da pobreza e a promoção da equidade social. Esse acordo ressalta ainda mais a necessidade de integrar o cooperativismo ao currículo educacional, garantindo que as futuras gerações compreendam sua importância para um mundo mais justo e sustentável (Buttenbender *et al.*, 2021). Dessa forma, a introdução desses princípios na educação pode gerar impactos significativos, promovendo uma cultura de cooperação e responsabilidade socioambiental desde a infância.

No contexto educacional, especialmente no ensino fundamental, a cooperação não é apenas uma habilidade social, mas um pilar essencial para a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e inclusivo. Os princípios do cooperativismo, que promovem valores como solidariedade, interajuda e respeito mútuo, são fundamentais para cultivar uma cultura escolar em que os alunos aprendem a

trabalhar juntos em prol de objetivos comuns, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade (Nascimento *et al.*, 2025).

Quando esses princípios são aplicados na aprendizagem discursiva da geoética universal, que trata da relação ética entre os seres humanos e o planeta, o impacto é ainda mais significativo (Carneiro, 2022). A geoética universal busca desenvolver uma consciência crítica e responsável em relação às questões ambientais e ao uso sustentável dos recursos naturais. Ao trabalhar esses temas de forma cooperativa, os alunos não apenas absorvem o conteúdo teórico, mas também internalizam a importância da responsabilidade coletiva na preservação do meio ambiente (Carneiro, 2023).

Dessa forma, o cooperativismo emerge como um verdadeiro modelo/movimento de transformação social, econômica e ambiental, sendo essencial para a construção de uma nova sociedade cooperativista, fundamentada na equidade, na sustentabilidade e na solidariedade.

2.3 A conjuntura das ODS na educação e sua relação com o cooperativismo

Vivemos em um momento crítico para o planeta. A emergência climática, intensificada pela degradação ambiental e pelos riscos globais, exige mudanças profundas na forma como educamos as novas gerações. Mais do que nunca, a escola precisa se tornar um espaço de reflexão, aprendizado e ação para enfrentar os desafios ambientais e sociais. Para Santos (2012), a modernidade intensifica os riscos globais, tornando necessária a construção de novos modelos de gestão e conscientização social. Nesse contexto, Carmo (2009) também contribui para a compreensão da relação entre sustentabilidade e a relevância das cooperativas, reforçando a importância de uma abordagem que ultrapasse a simples transmissão de conhecimento e estimule a reflexão prática, ética, política e comunitária.

A promulgação da Lei nº 14.926/2024 representa um importante marco regulatório ao estabelecer diretrizes para a educação climática no currículo da educação básica (Brasil, 2024). Essa legislação reconhece a urgência de preparar as novas gerações para compreenderem e enfrentarem os desafios das mudanças climáticas, incorporando a análise de seus impactos sociais, econômicos e culturais (Santos *et al.*, 2025). A partir disso, a lei incentiva práticas pedagógicas interdisciplinares, capazes de integrar diversas áreas do conhecimento e dialogar com

a realidade dos estudantes. Essa abordagem educacional não apenas promove a reflexão sobre os impactos ambientais, mas também estimula a participação ativa em soluções locais para problemas globais e integrações curriculares que contemplem a educação ambiental nessa esfera da geoética universal (Silva; Loureiro, 2020). Nesse contexto, o ensino do cooperativismo se apresenta como uma estratégia eficaz e alinhada às exigências da Lei nº 14.926/2024, pois oferece um modelo prático e conceitual de organização social voltado para a sustentabilidade, a solidariedade e a cidadania democrática territorial (Brasil, 2024; Araújo; Nascimento, 2024).

Os princípios cooperativistas, como ajuda mútua, responsabilidade social, autogestão e participação democrática, contribuem diretamente para a formação de sujeitos críticos e engajados com a transformação da realidade socioambiental (Bezerra Júnior, 2024). Ao relacionar o cooperativismo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, é possível construir abordagens pedagógicas que problematizam questões como a erradicação da pobreza (ODS 1), a segurança alimentar (ODS 2), o acesso à educação de qualidade (ODS 4), a energia limpa (ODS 7) e a redução das desigualdades (ODS 10) (Buttenbender *et al.*, 2021). O ambiente escolar torna-se, assim, um espaço fértil para vivências que estimulem o protagonismo juvenil e o compromisso com práticas sustentáveis em suas comunidades.

Além disso, ao trabalhar o cooperativismo com base em situações reais, especialmente em regiões onde a agricultura familiar e as práticas coletivas estão presentes, os estudantes conseguem identificar e valorizar os saberes locais, promovendo uma educação contextualizada e transformadora (Ferreira; Sousa, 2018). Essa perspectiva reforça os fundamentos da educação climática previstos na lei, ao articular ciência, cultura e participação social. Portanto, integrar o cooperativismo às propostas curriculares da educação básica, à luz da Lei nº 14.926/2024 (Brasil, 2024), não apenas atende aos requisitos legais, mas também fortalece o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e ecologicamente comprometida. O ensino cooperativo incentiva os alunos a pensar coletivamente, buscando soluções conjuntas para os desafios da sociedade moderna, promovendo um desenvolvimento econômico alinhado aos princípios da justiça social e ambiental.

2.4 A educação cooperativista como eixo essencial de inovação curricular para enfrentar as mudanças climáticas

A educação ambiental e o cooperativismo emergem como eixos fundamentais para a transformação social e ambiental, sobretudo diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas (Santos *et al.*, 2025). Quando integradas ao ambiente escolar, essas dimensões podem promover uma conscientização crítica e fomentar práticas sustentáveis, preparando as novas gerações para um futuro mais resiliente (Jacques; Verginio; Oliveira, 2020). Nesse contexto, a pesquisa qualitativa surge como uma abordagem metodológica imprescindível para compreender a complexidade desses fenômenos. Segundo Massena, Sousa e Nascimento (2023), a realidade social é mais rica que qualquer teoria, e a pesquisa qualitativa permite reconstruir os processos e significados que emergem da prática cotidiana, articulando teoria e prática em uma análise profunda das dinâmicas sociais e ambientais.

A inserção da educação ambiental no currículo escolar desempenha um papel transformador, ao capacitar estudantes e comunidades para lidar com os impactos ambientais de forma crítica e participativa (Santos *et al.*, 2025). Simultaneamente, o cooperativismo se configura como um modelo alternativo de organização econômica e social, fundamentado em valores como solidariedade, colaboração e gestão democrática. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o ensino do cooperativismo contribui diretamente para metas como o ODS 8, que propõe trabalho decente e crescimento econômico, e o ODS 12, que promove padrões de consumo e produção sustentáveis (Buttenbender *et al*., 2021).

A sociedade após a revolução industrial, enfrentado diversas crises climáticas e riscos eminentes tem ocorrido com mais frequência na sociedade, moldada pela modernização industrial e pelos padrões de consumo desenfreados que necessitam urgentemente de uma economia circular como proposta de intervenção educacional com o vínculo em práticas cooperativistas no âmbito da escola (Pimentel, 2019). Diante desse cenário, é urgente reavaliar esses modelos e adotar alternativas que promovam a sustentabilidade. O cooperativismo, ao integrar responsabilidade coletiva e práticas sustentáveis, oferece um caminho promissor para fortalecer a resiliência das comunidades e conservar os recursos naturais (Silva; Torres, 2020; Kologeski; Costa; Robaina, 2025).

Assim, a educação cooperativista se consolida como um eixo essencial de inovação curricular, ao preparar os jovens para um mercado de trabalho mais justo e sustentável, além de incentivar a adoção de práticas produtivas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável (Bezerra Júnior, 2024). A articulação entre educação ambiental e cooperativismo fortalece a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel na construção de sociedades mais equitativas (Kologeski; Costa; Robaina, 2025).

Em síntese, a integração dessas dimensões ao ambiente escolar representa uma estratégia pedagógica transformadora. Ao promover a conscientização sobre os riscos climáticos e estimular a organização coletiva, a educação ambiental e o cooperativismo contribuem para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento (Kologeski; Costa; Robaina, 2025; Bezerra Júnior, 2024). Este artigo, ao explorar os significados e contextos subjacentes a esses fenômenos, evidencia a importância de articular teoria e prática na formação de uma cidadania comprometida com a justiça social e ambiental (Kologeski; Costa; Robaina, 2025).

3 METODOLOGIA

A pesquisa em primeiro plano foi constituída por um levantamento bibliográfico a partir de artigos, teses e dissertações da área de Geografia disponíveis no banco de teses e dissertações da Capes, em outras bibliotecas digitais de produção monográfica, bem como, em produção periódica disponibilizada em plataformas como: Google Acadêmico, Scielo, Dialnet e Redalyc. Utilizou-se os termos: Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável, Educação e Agenda ODS 2023, como descritores de busca.

Antes da aplicação do questionário, que foi on-line, realizou-se uma visita prévia na escola para esclarecimento a respeito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi informado aos pais ou representantes legais, para que decidissem a respeito da participação do(s) seu(s) filho(s) ou filha(s) na pesquisa. As perguntas visando compreender a percepção dos alunos sobre a cidadania, foram embasadas em Moraes e Schwab (2019).

Puderam participar da pesquisa somente aqueles alunos que entregaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo responsável que, posteriormente, também receberam o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

(TALE) para que tivessem conhecimento do que se tratava, como também, deviam assiná-lo se quisessem participar da pesquisa. Somente após a finalização de todo esse processo é que os alunos ficaram aptos a responder o questionário. Ademais, no termo concordou-se em não identificar os participantes até mesmo no ato de publicações.

O questionário foi composto por questões fechadas e abertas. As objetivas tiveram sua construção e opções de respostas de afirmações Sim ou Não. As perguntas utilizadas neste artigo foram: (1) “Você já ouviu falar sobre Cooperativismo ou cooperativa na escola onde estuda?; (2) “Eu sei o que é meio ambiente”; (3) “Minhas atitudes como consumidor afetam o meio ambiente” sendo estas de cunho fechada e aberta (onde os estudantes caracterizam em palavras o que é o meio ambiente).

O público-alvo deste estudo foram os alunos de turmas de dos anos finais do ensino fundamental II, com a faixa etária entre 12 a 16 anos. De um total de 132 discentes, 87 foram autorizados pelos responsáveis e aceitaram participar. Para a coleta e organização inicial dos dados, utilizou-se o Google Forms, que possibilitou a aplicação online dos questionários, o armazenamento automático das respostas e a exportação dos dados em formato de planilha para posterior análise. Após essa etapa, os dados foram processados e tratados no software Jamovi (The Jamovi Project, 2022, versão 2.3), utilizado para a organização do banco de dados, codificação das variáveis, cálculo das frequências absolutas e relativas e elaboração das tabelas estatísticas empregadas na análise descritiva dos resultados. Dessa forma, o Google Forms atuou como ferramenta de coleta e sistematização inicial das informações, enquanto o Jamovi foi utilizado para o processamento estatístico descritivo e apresentação dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados a seguir, correspondem a percepção dos 87 alunos, que estão entre 12 e 16 anos, sendo 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Apenas 11,5% dos estudantes residem na zona rural, enquanto 88,5% vivem na zona urbana. Essa realidade representa um fenômeno que impacta o sentimento pertencimento (êxodo rural), pois a maioria dos jovens que estudam na escola são de zonas rurais do município, o que poderá futuramente impactar no número de jovens

residentes e também o desenvolvimento rural em relação a sucessão geracional (Silva; Torres, 2020; Kologeski; Costa; Robaina, 2025)

4.1 Percepção do ensino de cooperativismo

Quando apresentados ao questionamento "Você já ouviu falar sobre cooperativismo ou cooperativa na escola onde estuda?", 35,6% dos alunos afirmaram ter ouvido falar sobre o tema, enquanto a maioria, 64,4%, disse não ter tido contato com essa temática no ambiente escolar. Esse resultado é expressivo e revela que o cooperativismo ainda ocupa um espaço marginal no currículo escolar, evidenciando a necessidade de uma educação que priorize seus princípios na formação de cidadãos mais preparados para a participação em atividades coletivas.

A ausência desse contato compromete o desenvolvimento de uma visão mais participativa e comunitária da realidade. O cooperativismo, por sua natureza, propõe um modelo econômico e social baseado na autogestão, na justiça social e no trabalho colaborativo princípios fundamentais para a formação de jovens críticos, conscientes e preparados para atuar em uma sociedade democrática (Braga, 2018). Quando negligenciado no currículo escolar, perde-se uma oportunidade valiosa de estimular competências socioemocionais e valores éticos, como empatia, responsabilidade coletiva e compromisso com o bem comum (Carneiro, 2019).

Mais do que ensinar o que é uma cooperativa, o ensino do cooperativismo deve propor vivências concretas de cooperação, integrando os estudantes em práticas de grupo, tomada de decisão conjunta e resolução solidária de conflitos (Bezerra Júnior, 2024). Para mitigar essa deficiência, é essencial integrar os princípios do cooperativismo às disciplinas escolares, ampliando a abordagem multissetorial com exemplos de cooperativas urbanas e rurais. Além disso, é recomendável vincular essa discussão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo práticas extensionistas e visitas a cooperativas para a vivência da gestão democrática (Pimentel, 2019; Jacques; Verginio; Oliveira, 2020). As universidades públicas desempenham um papel crucial ao atuar como difusoras da cidadania ética e cooperativista, conectando teoria, prática e sustentabilidade na sociedade (Araújo; Nascimento, 2024).

Esse desconhecimento distancia os jovens de modelos econômicos alternativos ao capitalismo tradicional, impedindo que visualizem novas formas de

organização produtiva e de permanência no campo, especialmente no caso das comunidades rurais. O cooperativismo pode ser uma resposta viável aos desafios da juventude rural, oferecendo alternativas de geração de renda e valorização do território.

4.2 Percepção de meio ambiente

A afirmativa "Eu sei o que é meio ambiente" foi respondida positivamente por 82,8% dos alunos, o que revela um bom nível de familiaridade com o conceito. Esse resultado sugere que a maioria dos estudantes possui uma noção básica sobre a importância do meio ambiente, provavelmente adquirida em atividades escolares ou em experiências cotidianas. No entanto, os 17,2% que afirmaram não saber indicam a existência de uma lacuna preocupante no processo de formação ambiental, que não pode ser ignorada.

Esse dado aponta para a necessidade de uma abordagem mais estruturada e contínua da educação ambiental no currículo escolar, que vá além da apresentação conceitual e envolva os alunos em práticas reflexivas e vivências reais (França; Oliveira, 2024). A escola, como espaço de formação crítica, deve promover o entendimento de que o meio ambiente não se limita à natureza em si, mas está diretamente ligado às ações humanas, à justiça social e à qualidade de vida coletiva. Essa compreensão ampliada é condição necessária para que os estudantes desenvolvam atitudes conscientes e responsáveis em relação ao espaço em que vivem.

Para superar essa lacuna, é fundamental que os conteúdos relacionados ao meio ambiente sejam trabalhados de forma transversal, conectando-se com outras áreas como Geografia, Ciências, História e Matemática, sempre considerando o contexto local dos estudantes (Silva; Loureiro, 2020). Tal abordagem interdisciplinar potencializa não apenas a compreensão ambiental, mas também fortalece a identidade territorial dos jovens, aproximando o saber escolar de suas vivências concretas.

Assim, o fortalecimento da consciência ambiental torna-se também um passo importante na construção de uma cidadania ativa, participativa e sensível às questões ecológicas e sociais que impactam o presente e o futuro das comunidades (Fim *et al.*, 2024).

4.3 Percepção sobre atitudes ambientais

Quanto à afirmativa "Minhas atitudes como consumidor afetam o meio ambiente", 43,6% dos alunos concordaram com essa ideia, enquanto 56,4% não percebem a relação entre suas ações de consumo e os impactos ambientais. Esse dado evidencia uma lacuna significativa na compreensão dos efeitos que o consumo individual exerce sobre o meio ambiente, demonstrando que mais da metade dos alunos ainda não internalizou a importância de escolhas conscientes e sustentáveis (Jacques; Verginio; Oliveira, 2020).

Essa dissociação entre consumo e impacto ambiental reflete um desafio estrutural da educação básica: a dificuldade de conectar o cotidiano dos estudantes às consequências coletivas de suas ações individuais (Carneiro, 2020). Incluir o tema nas escolas por meio de atividades interdisciplinares, projetos de vivência em cooperativas e debates sobre práticas de consumo pode ajudar os alunos a compreenderem que suas escolhas impactam diretamente o ambiente em que vivem (Mendonça, 2007; Carmo, 2009). Nesse sentido, a educação para o cooperativismo fortalece o ensino e a aprendizagem, senso de pertencimento, a responsabilidade coletiva e o compromisso com o bem comum aspectos fundamentais para uma juventude mais engajada na construção de um futuro rural e urbano mais equilibrado e sustentável (Araújo; Nascimento, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou a percepção dos alunos sobre cidadania e cooperativismo, ressaltando a necessidade urgente de aprofundar a formação escolar em torno desses temas. O cooperativismo, quando abordado como alternativa educativa, amplia a noção de cidadania para um entendimento geoético universal, promovendo uma visão de mundo baseada na cooperação, na ética e na justiça social.

Ao preencher essa lacuna, a escola assume um papel transformador, capaz de formar uma geração mais consciente, solidária e preparada para os desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e a busca pela sustentabilidade. O ensino do cooperativismo, especialmente quando integrado ao currículo de forma interdisciplinar, fortalece os princípios de coletividade e responsabilidade socioambiental.

Alinhado à Agenda 2030 da ONU, o cooperativismo contribui significativamente para o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e o ODS 12 (consumo e produção sustentáveis), demonstrando seu potencial como instrumento de transformação social. No Brasil, embora esse modelo possua grande alcance, ainda é subutilizado. Por isso, é essencial investir na formação de profissionais da educação capacitados, para que o cooperativismo se consolide como um caminho viável para o desenvolvimento justo, solidário e sustentável da sociedade.

A inclusão do cooperativismo no ensino fundamental é uma estratégia educativa que contribui para a formação de estudantes mais conscientes, promovendo igualdade, equidade social e uma compreensão prática da solidariedade e da justiça social. Essa abordagem fortalece uma cultura de respeito mútuo, responsabilidade social e sustentabilidade, essenciais para o futuro de comunidades mais justas e resilientes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R. F.; NASCIMENTO, I. F. Aprendizagem discursiva e cidadania territorial. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 11, p. 1-18, 2024.

BEZERRA JÚNIOR, J. Cooperativismo e educação: união de propósitos. **Revista APMED**, v. 3, n. 1, p. 44-52, 2024. Disponível em: https://apmed.org.br/revista/index.php/apmed/article/download/156/119/466?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 maio 2026.

BRAGA, F. S. **A cidadania territorial na formação inicial de professores de Geografia em universidades portuguesas e brasileiras. 2018a**. Lisboa. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2018a. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35140. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRAGA, F. S. A escola para a cidadania e o ensino de Geografia. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 12. 2018b. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1727. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRAGA, F. S. Cidadania territorial e geografização da cidadania no ensino de Geografia e na formação do professor de Geografia. **Revista Signos Geográficos, Goiânia**, v. 3, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://revistas.ufg.br/signos/article/view/69617. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024**. Estabelece diretrizes para a educação climática no Brasil. Diário Oficial da União*: seção 1*, Brasília, DF, 17 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BUTTENBENDER, B. N.; FLACH, D. H.; CYRNE, C. C. S.; BARDEN, J. E.; SINDELAR, F. C. W. Cooperativismo e desenvolvimento: aproximações acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais,** v. 12, n. 3, p. 613-626, 2021.

CARMO, S. A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis: considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, p. 591-606, 2009.

CARNEIRO, R. N. Aprendizagem de princípios geoéticos universais, competência comunicativa e estágios de desenvolvimento moral. ***Revista Brasileira de Educação em Geografia*****,** v. 10, n. 20, p. 498-519, 2020.

CARNEIRO, R. N. **Educação geográfica do agir comunicativo**: Geografia escolar do mundo da vida. Curitiba: Appris, 2022.

CARNEIRO, R. N. Espaço, justiça e ética universal: alargando os horizontes conceituais de sustentabilidade ambiental pela democracia deliberativa. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 344-355, 2023. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6745. Acesso em: 15 jul. 2024.

FERREIRA, P. R.; SOUSA, D. N. O campo da educação cooperativista e sua relação com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). **Interações (Campo Grande)**, v. 19, n. 4, p. 773-787, 2018.

FIM, L. C. R.; ZAGOTO, M. P.; OLIVEIRA, W. B.; SCHIAVO, M.; VETTORAZZI, M. R. G. Sustentabilidade e cidadania: a educação ambiental como pilar do desenvolvimento. **Lumen et Virtus**, v. 15, n. 43, 2024. DOI: https://doi.org/10.56238/levv15n43-050. Acesso em: 22 maio 2026.

FRANÇA, J. P.; OLIVEIRA, M. A. N. Educação ambiental e sustentabilidade escolar no “Projeto Cidadania e Sustentabilidade na Escola. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 9, p. 187-206, 2024. DOI: https://doi.org/10.34024/revbea.2024.v19.18626. Acesso em: 22 maio 2026.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 1, p. 221-242, 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5798674. Acesso em: 8 ago. 2024.

JACQUES, C. G.; VERGINIO, M. R. C.; OLIVEIRA E, D. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cooperativismo: geração de empregos formais em cooperativas no Brasil e trabalho decente. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 6, n. 3, p. 34-55, 2020.

KOLOGESKI, A.; COSTA, L. A. C.; ROBAINA, J. V. L. Educação ambiental, protagonismo estudantil e cooperação: proposta de criação de uma eco-escola. **Revista de Geopolítica**, v. 16, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-243. Acesso em: 21 maio 2026.

MASSENA, F. S.; SOUSA, E. Y. F.; NASCIMENTO, I. F. The rural as a space for the construction of knowledge and decisions in the life of young people. **Revista Seven**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/1945. Acesso em: 15 jul. 2024.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.

MENDONÇA, S.; ASSIS, A.; FERREIRA, D.; SANTOS DALBELO, T.; CAVALIERO, C. K. N.; BORUCHOVITCH, E. Educação, geoética e transição energética para a sustentabilidade. **Revista ComCiência**, v. 1, p. 1-6, 2023.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Estudos do CEPE**, n. 49, p. 67-79, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.17058/cepe.v0i49.13679. Acesso em: 16 maio 2024.

NASCIMENTO, I. F.; MASSENA, F.S.; SILVA, N. S; GOMES, L. R. SANTOS; RIBEIRO, L. S.; SOUSA, E. Y. F.; TAVARES, J. T. J.; SILVA, G. P. Desenvolvimento sustentável, ciências agrárias e cidadania ética: perspectivas e extensão no ensino do cooperativismo. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13549, 2025.

PETERSEN, F.; SOUZA, T. G.; LOPES, A. A. Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 483-495, 2014.

PIMENTEL, G. S. R. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

SANTOS, A. N. S.; FELIPPE, J. N. O.; SILVA, K. L.; SOUZA JÚNIOR, P. R.; SALGADO, J. J. F.; ASSUNÇÃO, I. D.; XAVIER, T. S.; GUIMARÃES, A. F.; TERTO; F. L.; DI MIGUELI, C. O.; FIGUEIREDO; J. M.; BARBOSA; L. D. N. S.; SILVA, R. H.; ARAÚJO, H. C. Emergência climática e educação: impactos no meio ambiente e a transformação do currículo escolar pela Lei 14.926 de 2024. **ARACÊ,** v. 7, n. 1, p. 2379-2400, 2025.

SANTOS, J. G. A logística reversa como ferramenta para a sustentabilidade: um estudo sobre a importância das cooperativas de reciclagem na gestão dos resíduos sólidos urbanos. **Revista Reuna**, v. 17, n. 2, p. 81-96, 2012.

SILVA, D. B. F.; PINHEIRO, G.; GALHARDO, G.; SILVA, J. F.; FRANQUINI, K. F., AZEVEDO, R.; SILVA, C. A. F. Educação para a autogestão das cooperativas e sua contribuição para o desenvolvimento local. **Human and Social Development Review**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020. DOI: https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73169. Acesso em: 21 maio 2026.

SILVA, S. N.; LOUREIRO, C. F. B. As vozes de professores-pesquisadores do campo da educação ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação infantil ao ensino fundamental. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 26, 2020.

SOUSA, E. Y. F.; MASSENA, F.S; ROCHA, P.; NASCIMENTO, I. F.; SILVA, N. S.; JESUS TAVARES, J. T.; OLIVEIRA, L. C. Raízes que sustentam: o cooperativismo como alicerce para a agricultura familiar e o meio ambiente. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 5, e14916, 2025.

STANISK, A.; FLORIANI, N.; SILVA, A. A. A metodologia da história e seu uso em pesquisas etnoecológicas. **Terr@ Plural**, v. 9, n. 1, p. 119-134, 2015. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/7452. Acesso em: 15 maio 2024.

THE JAMOVI PROJECT. ***Jamovi* (Version 2.3)** [Computer software]. 2022. Disponível em: https://www.jamovi.org. Acesso em: 12 set. 2024.

Recebido em: 02/03/2026
Aceito em: 20/05/2026
Publicado em: 19/10/2026